

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA



Análise das Equivalências
Estrangeiras
na Região Autónoma dos Açores
2013/2014

Índice

Preâmbulo.....	2
Legislação aplicável.....	4
Mapa síntese das equivalências concedidas no ano escolar de 2013/2014.....	5
Dados estatísticos das Unidades Orgânicas/Direção Regional da Educação	10
Análise estatística.....	30
Dificuldades sentidas na aplicação do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro.....	45
Conclusão.....	46

Preâmbulo

O documento que se apresenta para além de previsto no plano anual de atividades da Divisão do Ensino Secundário e Profissional da Direção Regional da Educação cumpre, igualmente, os requisitos estipulados no n.º 1, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro.

Para a elaboração deste trabalho contou-se com a colaboração das dezasseis Unidades Orgânicas onde foram apresentados pedidos de equivalências que remeteram a informação necessária para a sua compilação para esta Direção Regional.

Os processos de equivalências são, na sua maioria, apreciados e as equivalências concedidas, nos termos da legislação vigente, pelos órgãos de direção executiva dos estabelecimentos de ensino onde são requeridas. Analisadas e concedidas pela Direção Regional da Educação, quando não existam tabelas publicadas em Portarias e nos casos em que os processos suscitem dúvidas.

Os dados analisados são pertinentes porque nos revelam a situação da realidade desta matéria e obedecem às mesmas variáveis, permitindo-nos, simultaneamente, comparar a sua evolução, com anos anteriores, normalmente períodos de 3 anos.

Para facilitar a análise e interpretação dos dados, na estruturação do documento usaram-se frequentemente quadros (vinte e sete) e gráficos (vinte e oito) acompanhados de uma pequena síntese.

Este documento, para além do preâmbulo e da conclusão, abarca, à semelhança dos anos anteriores, as seguintes referências:

- ❖ Regulamentação;
- ❖ Mapa síntese do levantamento das equivalências;
- ❖ Dados estatísticos das Unidades Orgânicas/Direção Regional da Educação;
- ❖ Análise estatística;

- ❖ Dificuldades sentidas na aplicação do D.L. n.º 227/2005, de 28 de dezembro;
- ❖ Legislação aplicável.

A Técnica Superior

Fátima Godinho

Legislação aplicável

- Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto *;
- Declaração de Retificação n.º 15-D/97, de 30 de setembro *;
- Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro;
- Declaração de Retificação n.º 9/2006, de 6 de fevereiro;
- Despacho n.º 12981/2007, de 25 de junho;
- Portaria n.º 224/2006, de 8 de março;
- Portaria n.º 699/2006, de 12 de julho.

* nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro

Equivalências estrangeiras – Ano letivo de 2013/2014									
(Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro)									
Designação da entidade	País de origem	Habilitação de origem	Equivalência concedida	Total de pedidos	N.º de certificados emitidos	N.º de pedidos indeferidos a)	Requerimentos apreciados ao abrigo do artigo 10.º	Género	Finalidade do pedido
EBS de Santa Maria									
ES de Lagoa									
EBI de Água de Pau									
EBI de Lagoa									
EBS de Nordeste									
ES Antero de Quental	África do Sul	7.º Ano	7.º Ano	1	1			F	FP
	Bermuda	7th Grade	7.º Ano	1	1			M	FP
	Brasil	6.ª Série	6.º Ano	1	1			F	PE
		2.ª Série Ensino Médio	11.º Ano	1	1			M	FP
		3.ª Série Ensino Médio	12.º Ano	3	3			3F	3(PE+FP)
	Estados Unidos da América	9th Grade	9.º Ano	1	1			M	FP
		12.º Grade	12.º Ano	2	2			1F/1M	2FP
ES Domingos Rebelo	Brasil	Ensino Fundamental	9.º Ano	1	1			F	FP
		Ensino Médio	12.º Ano	1	1			M	FP
ES das Laranjeiras									
EBI Canto da Maia	Brasil	1.ª Série Ensino Fundamental	1.º Ano	1	1			M	PE
		4.ª Série Ensino Fundamental	4.º Ano	1	1			M	PE
EBI Roberto Ivens	Brasil	2.ª Série Ensino Fundamental	2.º Ano	1	1			M	FP
		4.ª Serie Ensino Fundamental	4.º Ano	1	1			F	PE

Equivalências estrangeiras – Ano letivo de 2013/2014									
(Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro)									
Designação da entidade	País de origem	Habilitação de origem	Equivalência concedida	Total de pedidos	N.º de certificados emitidos	N.º de pedidos indeferidos a)	Requerimentos apreciados ao abrigo do artigo 10.º	Género	Finalidade do pedido
EBI de Arrifes	Roménia	Classe IX	9.º Ano	1	1			M	PE
EBI de Capelas	Estados Unidos da América	3th Grade	3.º Ano	1	1			M	PE
		7th Grade	7.º Ano	1	1			M	PE
EBI de Ginetes									
EBS de Povoação									
ES da Ribeira Grande	Canadá	8th Grade	8.º Ano	1	1			M	PE
EBI da Maia									
EBI de Rabo de Peixe									
EBI de Ponta Garça									
EBI da Ribeira Grande									
EBI Roberto Ivens	Brasil	2.ª Série	2.º Ano	1	1			M	FP
		4.ª Série	4.º Ano	1	1			F	PE
EBS Vila Franca do Campo	Canadá	10th Grade	10.º Ano	1	1			F	PE

Equivalências estrangeiras - Ano letivo de 2013/2014									
(Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro)									
Designação da entidade	País de origem	Habilitação de origem	Equivalência concedida	Total de pedidos	N.º de certificados emitidos	N.º de pedidos indeferidos a)	Requerimentos apreciados ao abrigo do artigo 10.º	Género	Finalidade do pedido
ES Jerónimo Emiliano de Andrade	Cabo Verde	7.º Ano		2	0	2		2F	PE
		8.º Ano	8.º Ano	1	1			F	PE
	Canadá	7th Grade	7.º Ano	1	1			F	FP
		8th Grade	8.º Ano	1	1			F	PE
	Brasil	Ensino Médio	12.º Ano	1	1			F	FP
		Ensino Médio		3		3		2M+1F	1M(PE);1M+1F-(PE+FP)
	Estados Unidos da América	10th Grade	10.º Ano	1	1			M	FP
				1		1		F	PE+FP
		12th Grade	12.º Ano	1	1			M	PE+FP
		GED		2		2		2M	1M(FP)+1M(PE+FP)
	Reino Unido	Year 13		1		1		F	PE+FP
EBS Tomás de Borba	Estados Unidos da América	4th Grade	4.º Ano	1	1			F	PE
		5th Grade	5.º Ano	1	1			F	PE
	República da Guiné-Bissau	4.º Ano	4.º Ano	1	1			M	PE
		5.º Ano	5.º Ano	1	1			M	PE
	República de Cabo Verde	7.º Ano	7.º Ano	2	2			2F	PE
EBI de Angra do Heroísmo									
EBI da Praia da Vitória									

Equivalências estrangeiras - Ano letivo de 2013/2014									
(Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro)									
Designação da entidade	País de origem	Habilitação de origem	Equivalência concedida	Total de pedidos	N.º de certificados emitidos	N.º de pedidos indeferidos a)	Requerimentos apreciados ao abrigo do artigo 10.º	Género	Finalidade do pedido
ES Vitorino Nemésio	Brasil	Ensino Médio	12.º Ano	1	1			M	FP+PE
	Canadá	12th Grade	12.º Ano	1	1			F	FP
	China	6.º Ano	6.º Ano	1	1			M	PE
	Estados Unidos da América	GED		1		1		M	PE
EBI dos Biscoitos	Canadá	1st Grade	1.º Ano	1	1			F	PE
		4th Grade	4.º Ano	1	1			M	PE
		8th Grade	8.º Ano	1	1			F	PE
EBI Francisco Ferreira Drummond									
Direção Regional da Educação	Canadá	8th Grade	8.º Ano	1	1			M	PE
		9th Grade	9.º Ano	2	2			1F/1M	1PE/1OF
		10th Grade	10.º Ano	1	1			F	PE
		11th Grade	11.º Ano	1	1			F	PE
EBS da Graciosa									
EBI do Topo									
EBS de Velas	Cabo Verde	1.º Ciclo Ens. Sec.	8.º Ano	1	1			F	PE
	Estados Unidos da América	3th Grade	3.º Ano	1	1			F	PE
		5th Grade	5.º Ano	1	1			F	PE
	Inglaterra	4th Grade	4.º Ano	1	1			M	PE
EBS de Lajes do Pico									

Equivalências estrangeiras – Ano letivo de 2013/2014									
(Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro)									
Designação da entidade	País de origem	Habilitação de origem	Equivalência concedida	Total de pedidos	N.º de certificados emitidos	N.º de pedidos indeferidos a)	Requerimentos apreciados ao abrigo do artigo 10.º	Género	Finalidade do pedido
EBS da Madalena do Pico	Brasil	1.ª Série do Ensino Médio	10.º Ano	1	1			F	PE
	Cabo Verde	1.º Ano	1.º Ano	1	1			M	PE
		4.º Ano	4.º Ano	2	2			F	PE
	Estados Unidos da América	12 th Grade	12.º Ano	1	1			M	Outras
EBS de S. Roque do Pico									
ES Manuel de Arriaga	Estados Unidos da América	12th Grade	12.º Ano	1	1			M	FP
EBI da Horta									
EBS das Flores									
EBS Mouzinho da Silveira	Cabo Verde	6.º Ano	6.º Ano	1	1			M	PE

LEGENDA:

PE – Prosseguimento de Estudos

FP – Fins Profissionais

AF – Ambas as Finalidades (prosseguimento de estudos/fins profissionais)

OF – Outros Fins

NR- Não Referido

OBSERVAÇÕES:

a) Os processos indeferidos resultaram da falta de documentos comprovativos das habilitações possuídas.

Dados estatísticos das Unidades Orgânicas e da Direção Regional da Educação

Ao longo do ano letivo de 2013/2014, não foram apreciados processos de equivalências em vinte e duas unidades orgânicas da RAA, conforme abaixo referido:

- EBI de Água de Pau
- EBI da Horta
- EBI da Maia
- EBI Ponta Garça
- EBI Rabo de Peixe
- EBI da Ribeira Grande
- EBI de Angra do Heroísmo
- EBI Francisco Ferreira Drummond
- EBI da Praia da Vitória
- EBI de Ginetes
- EBI de Lagoa
- EBS da Calheta
- EBS da Graciosa
- EBS da Povoação
- EBS das Flores
- EBS das Lajes do Pico
- EBS de Nordeste
- EBS de Santa Maria
- EBI do Topo
- EBS de S. Roque do Pico
- ES das Laranjeiras
- ES de Lagoa

ES Antero de Quental

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	1	5	10

Quadro n.º 1

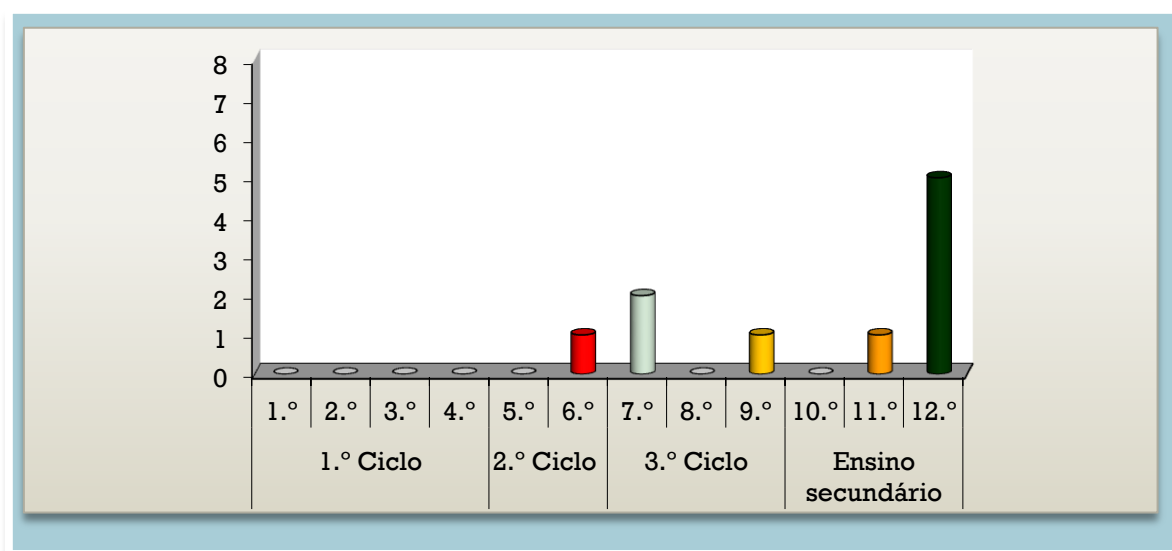


Gráfico n.º 1

Em conformidade com os dados apresentados a ES Antero de Quental analisou e concedeu um total de dez equivalências estrangeiras sendo uma ao 6.º ano, duas ao 7.º ano e outra ao 9.º ano de escolaridade. No que concerne às equivalências concedidas ao nível do ensino secundário estas foram ao 11.º ano de escolaridade (uma) e ao 12.º ano (cinco).

ES Domingos Rebelo

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2

Quadro n.º 2

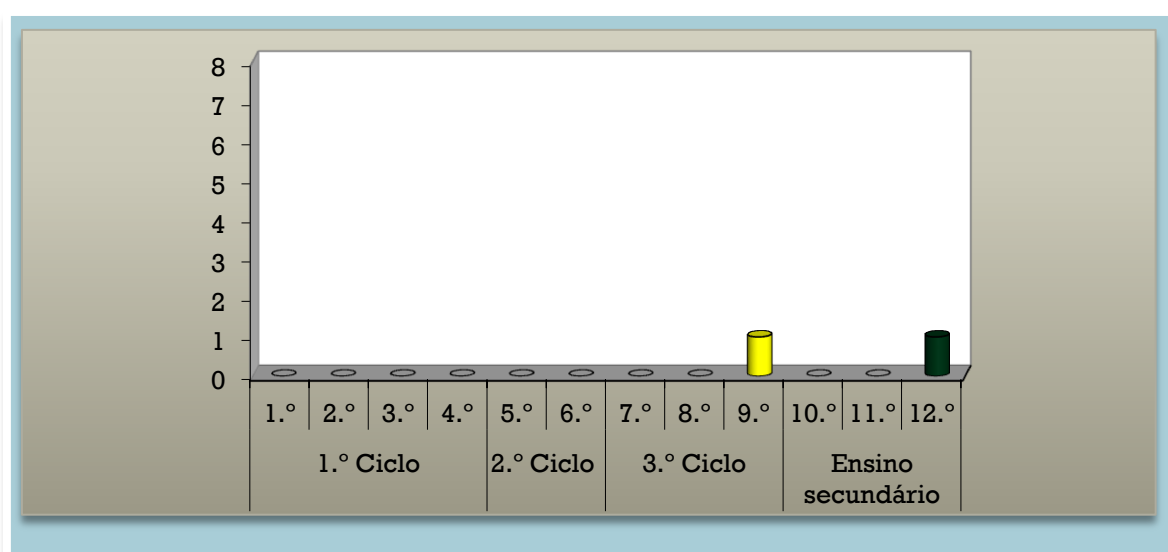
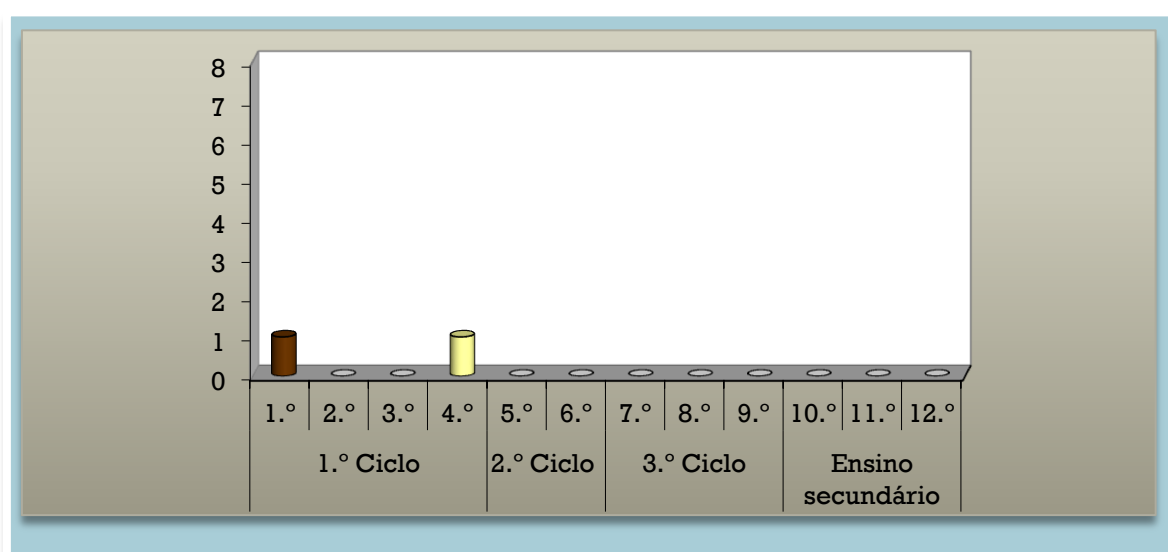


Gráfico n.º 2

A ES Domingos Rebelo analisou e concedeu duas equivalências estrangeiras, uma ao 9.º ano e outra ao 12.º ano de escolaridade, ambas provenientes do sistema de ensino do Brasil.

EBI Canto da Maia

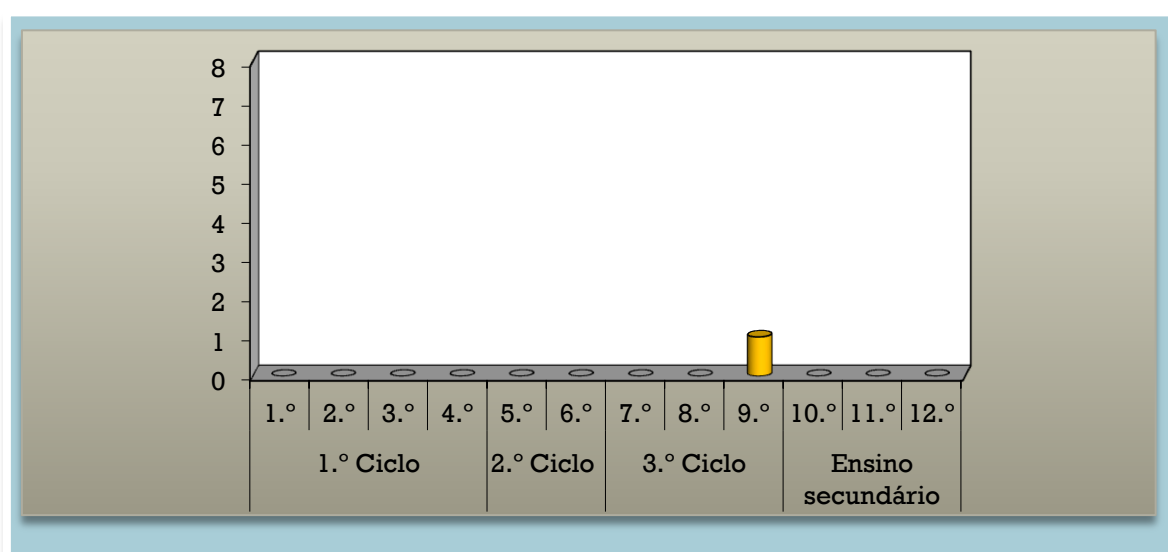
Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Quadro n.º 3**Gráfico n.º 3**

Foram analisadas e concedidas pela EBI Canto da Maia duas equivalências, sendo uma delas ao 1.º ano e a outra ao 4.º ano de escolaridade, as duas respeitantes ao 1.º ciclo do ensino básico.

EBI de Arrifes

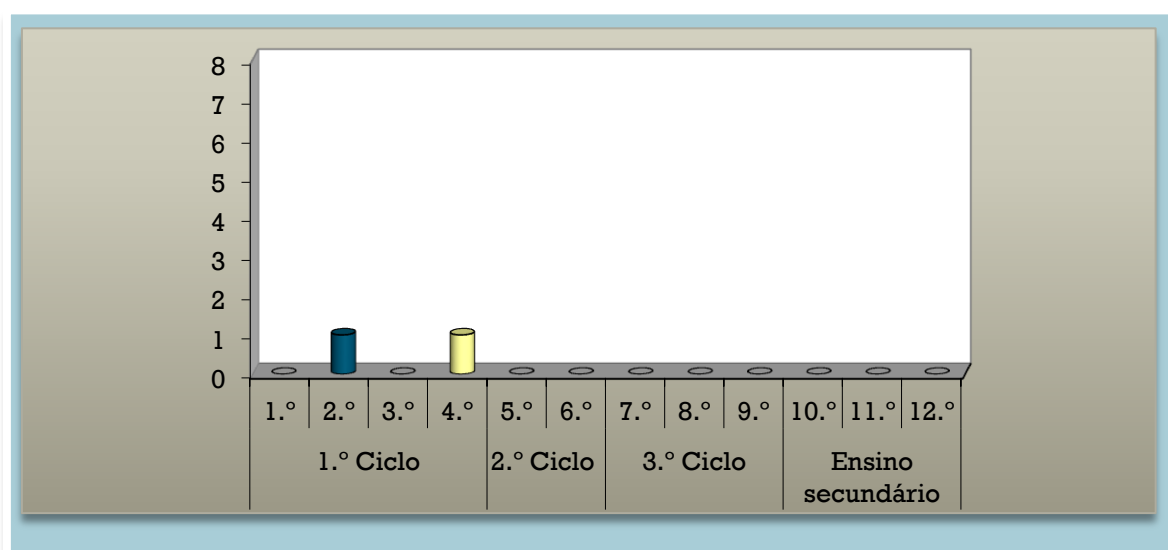
Ciclos de estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de alunos
Anos de escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de alunos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Quadro n.º 4**Gráfico n.º 4**

A EBI de Arrifes, durante o período em apreço, concedeu, apenas, uma equivalência ao 9.º ano escolaridade - 3.º ciclo do ensino básico.

EBI Roberto Ivens

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2

Quadro n.º 5**Gráfico n.º 5**

A EBI Roberto Ivens analisou e concedeu duas equivalências de estudos, ambas referentes ao 1.º ciclo do ensino básico, concretamente, ao 2.º e 4.º anos de escolaridade.

EBI de Capelas

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2

Quadro n.º 6

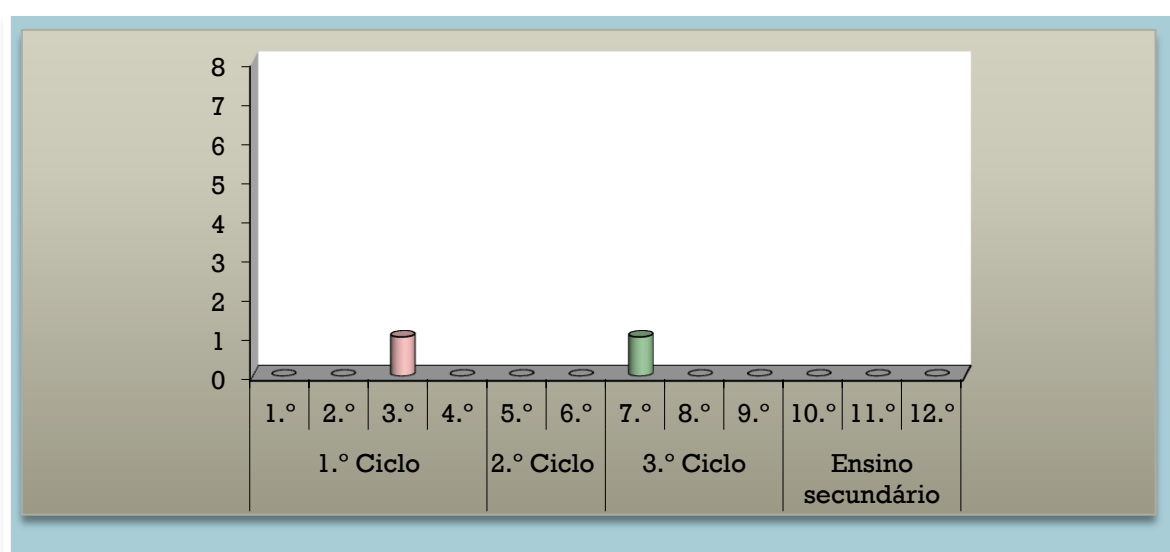


Gráfico n.º 6

A EBI de Capelas analisou e concedeu dois pedidos de equivalências, nomeadamente, uma ao 3.º ano e outra ao 7.º ano de escolaridade.

As duas equivalências foram concedidas a alunos provenientes dos Estados Unidos da América.

ES da Ribeira Grande

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1

Quadro n.º 7

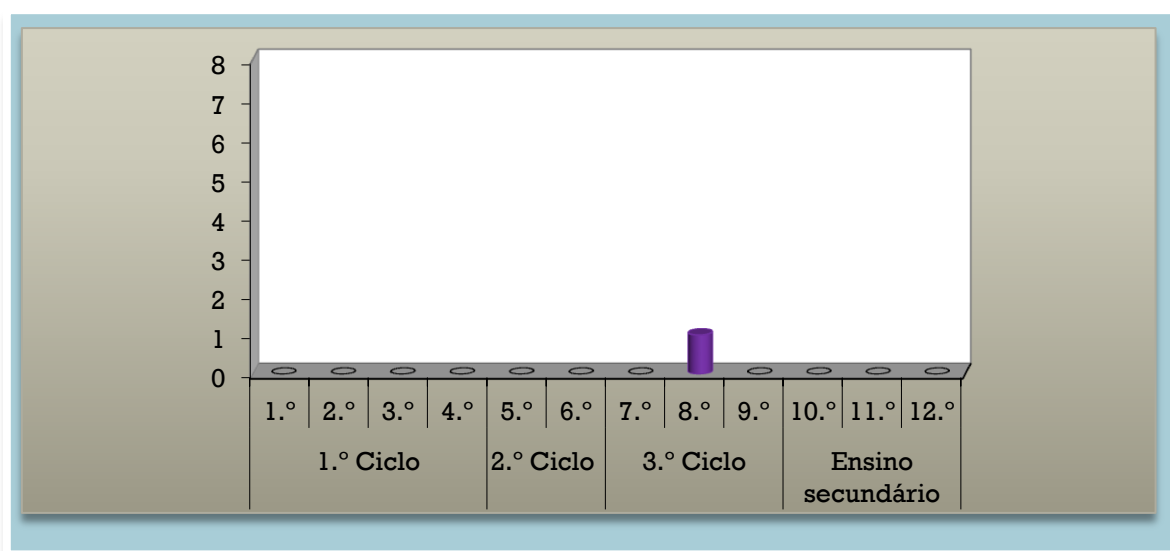


Gráfico n.º 7

No ano letivo 20013/2014, a ES da Ribeira Grande concedeu, apenas, uma equivalência ao 8.º ano de escolaridade.

EBS de Vila Franca do Campo

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Quadro n.º 8

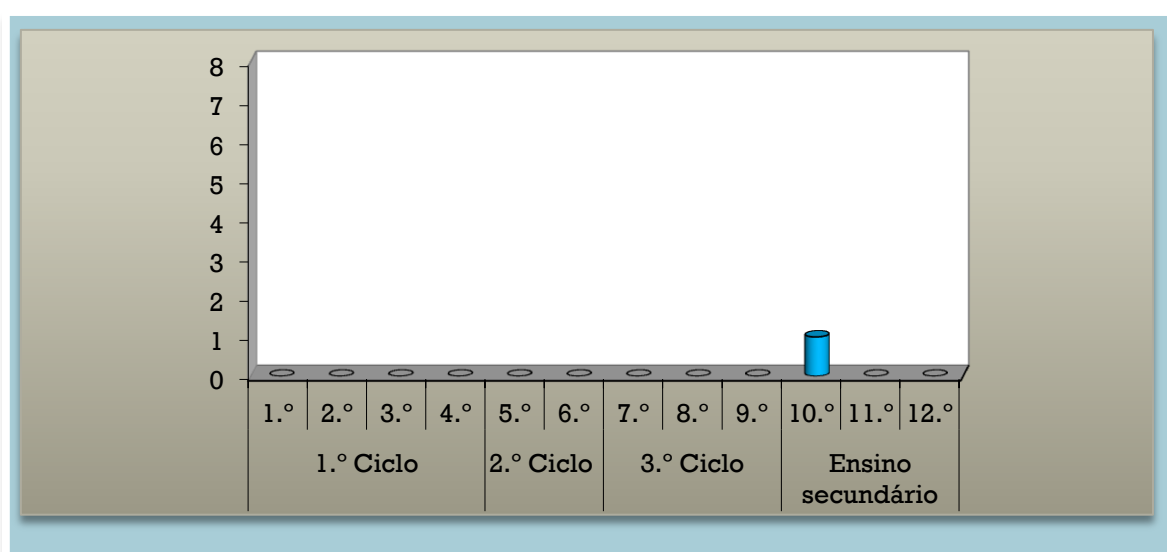


Gráfico n.º 8

Na EBS de Vila Franca do Campo foi concedida uma equivalência ao 10.º ano de escolaridade do ensino secundário.

ES Jerónimo Emiliano de Andrade

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	3	2	0	2	0	8	15

Quadro n.º 9

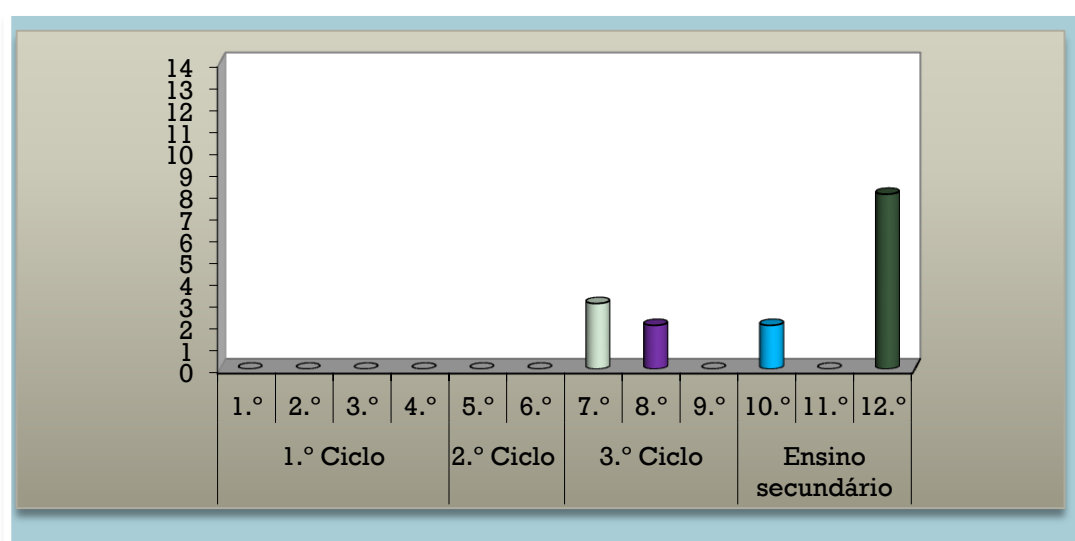


Gráfico n.º 9

Na ES Jerónimo Emiliano de Andrade foram analisados quinze processos de equivalências dos quais resultaram:

- Seis certificados emitidos
- Nove processos indeferidos, por falta de documentos comprovativos das habilitações possuídas.

Os processos indeferidos respeitavam a pedidos de estudantes provenientes de Cabo Verde (2), Brasil (3) Estados Unidos (3) e Reino Unido (1)

Os seis certificados emitidos tiveram a seguinte distribuição por anos/ciclos de estudos:

3.º ciclo

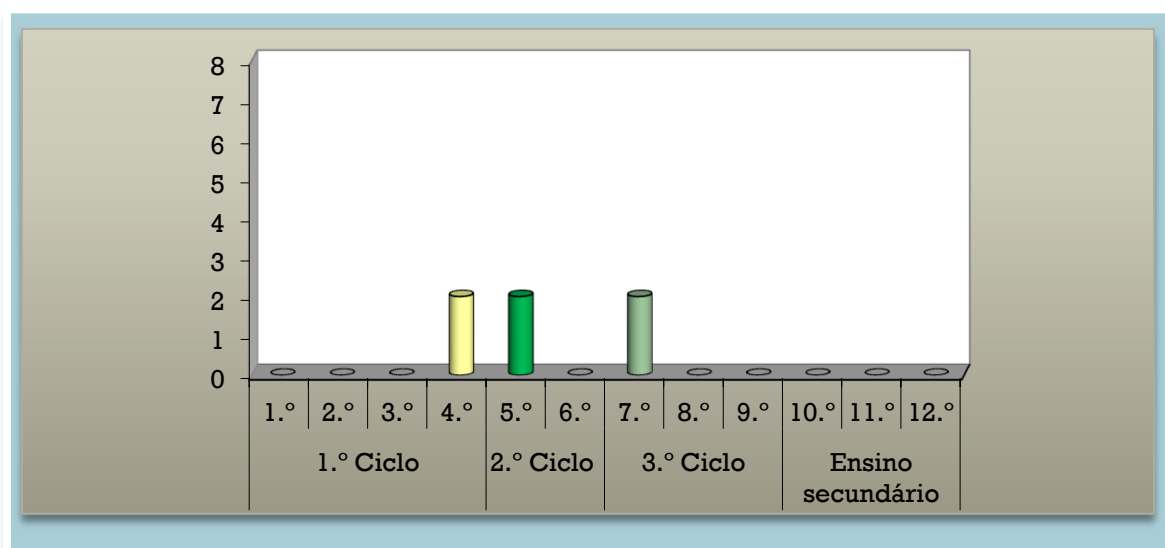
- 7.º ano - uma /de três
- 8.º ano - duas

Ensino Secundário

- 10.º ano – uma/ de duas
- 12.º ano – duas / de oito

EBS Tomás de Borba

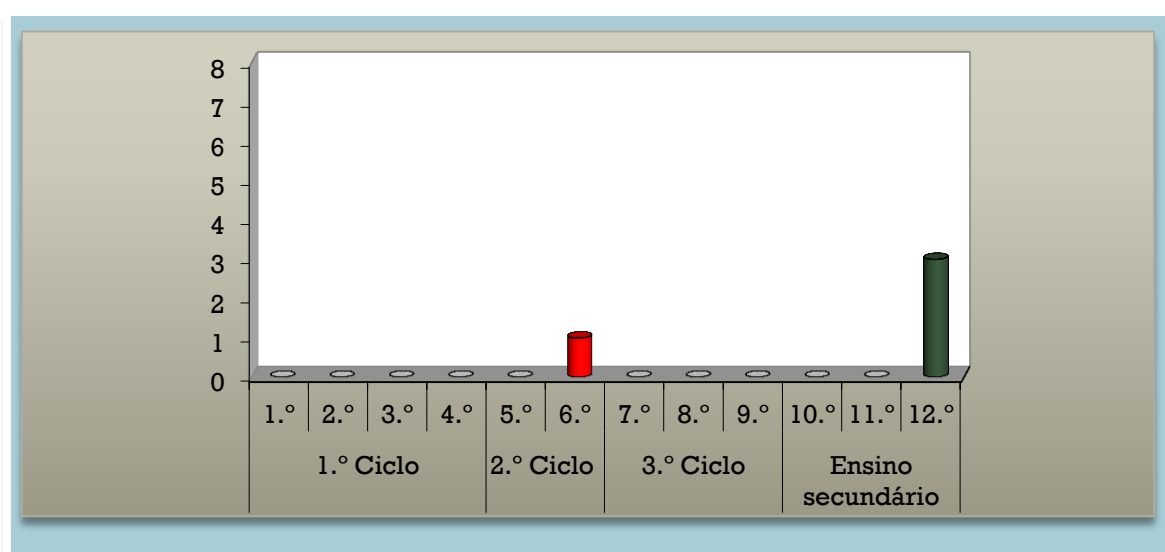
Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	2	2	0	2	0	0	0	0	0	

Quadro n.º 10**Gráfico n.º 10**

A EBS Tomás de Borba concedeu um total de seis equivalências. Duas ao 4.º ano, duas ao 5.º ano e, ainda, duas ao 7.º ano de escolaridade. Conforme se pode constatar pelos dados apresentados, os seis pedidos incidiram sobre o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, sendo que cada um deles registou dois processos.

ES Vitorino Nemésio

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	4

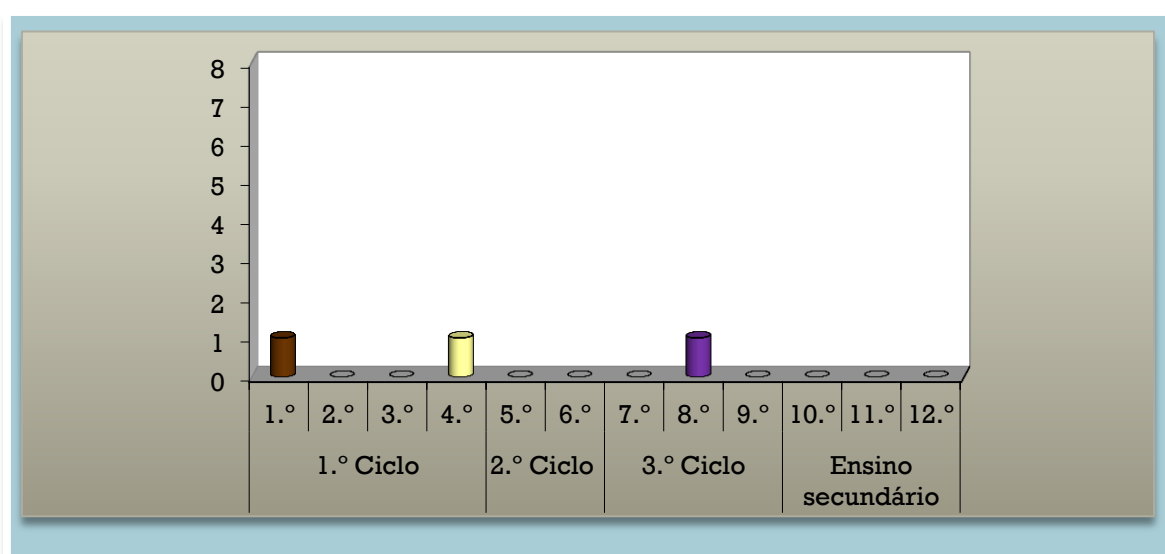
Quadro n.º 11**Gráfico n.º 11**

A ES Vitorino Nemésio apreciou quatro processos de equivalências. Destes resultaram três equivalências concedidas e uma indeferida, por tratar-se de um processo do "GED"¹, o qual não confere equivalência ao sistema de ensino português. As equivalências concedidas foram ao 6.º ano de escolaridade (uma) e ao 12.º ano do ensino secundário (três).

¹ GED – General Education Development

EBI dos Biscoitos

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3

Quadro n.º 12**Gráfico n.º 12**

Durante o período em apreço foram apresentados três pedidos que resultaram na concessão das seguintes equivalências:

1.º ciclo

- 1.º e 4.º anos – uma equivalência cada

3.º ciclo

- 8.º ano – uma equivalência

Direção Regional da Educação

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	1	5

Quadro n.º 13

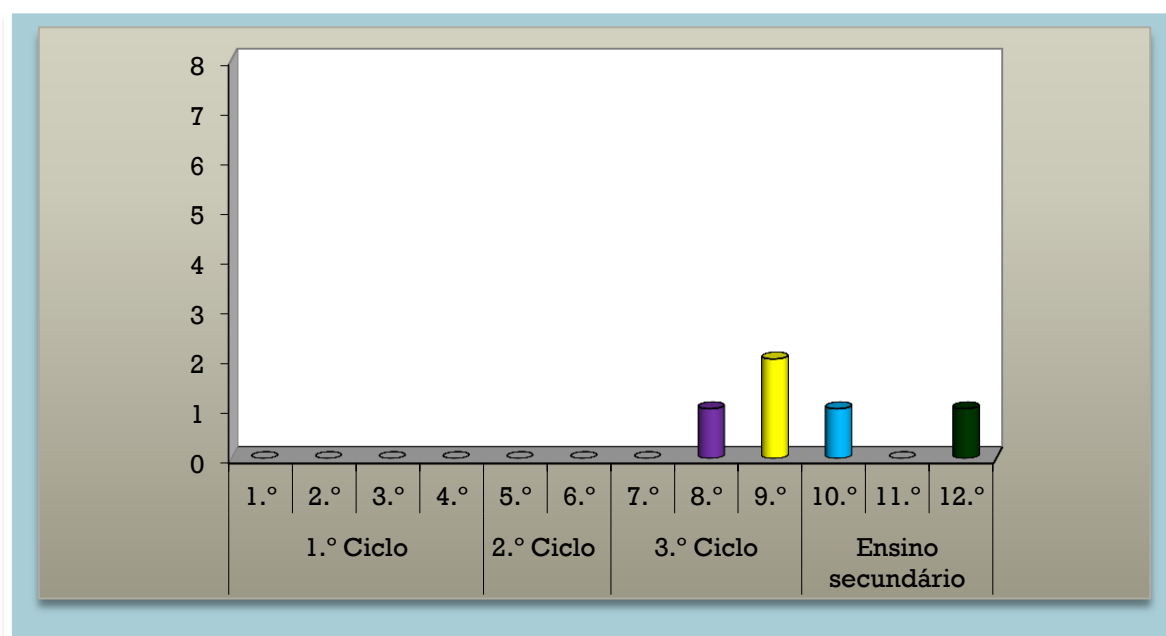


Gráfico n.º 13

A Direção Regional da Educação concedeu um total de cinco equivalências, conforme se discriminam:

3.º Ciclo

- 8.º ano - uma
- 9.º ano - duas

Ensino Secundário

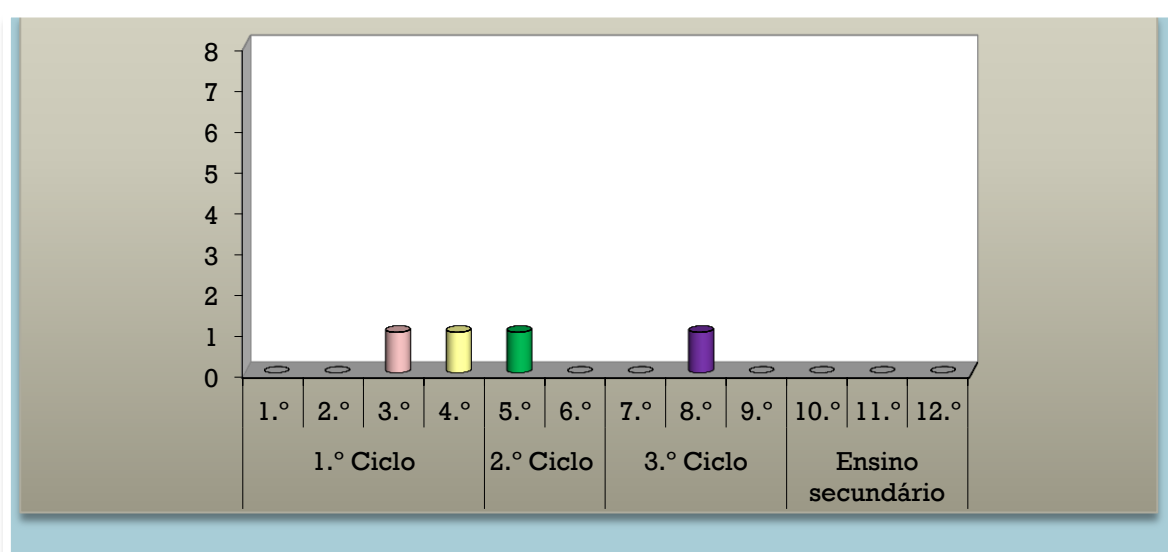
- 10.º e 12.º anos - uma equivalência cada.

Para além das equivalências concedidas foram remetidas pelas unidades orgânicas, para parecer desta Direção Regional, quinze processos de equivalências, os quais foram posteriormente devolvidos às escolas.

Total de processos apreciados vinte.

EBS de Velas

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4

Quadro n.º 14**Gráfico n.º 14**

A EBS de Velas apreciou quatro processos de equivalências estrangeiras. Em conformidade com os dados, ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, foi concedida uma equivalência ao 3.º ano e outra ao 4.º ano de escolaridade. No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico foi, igualmente, concedida uma equivalência a cada um dos ciclos, designadamente, ao 5.º e 8.º anos de escolaridade.

EBS da Madalena do Pico

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	

Quadro n.º 15

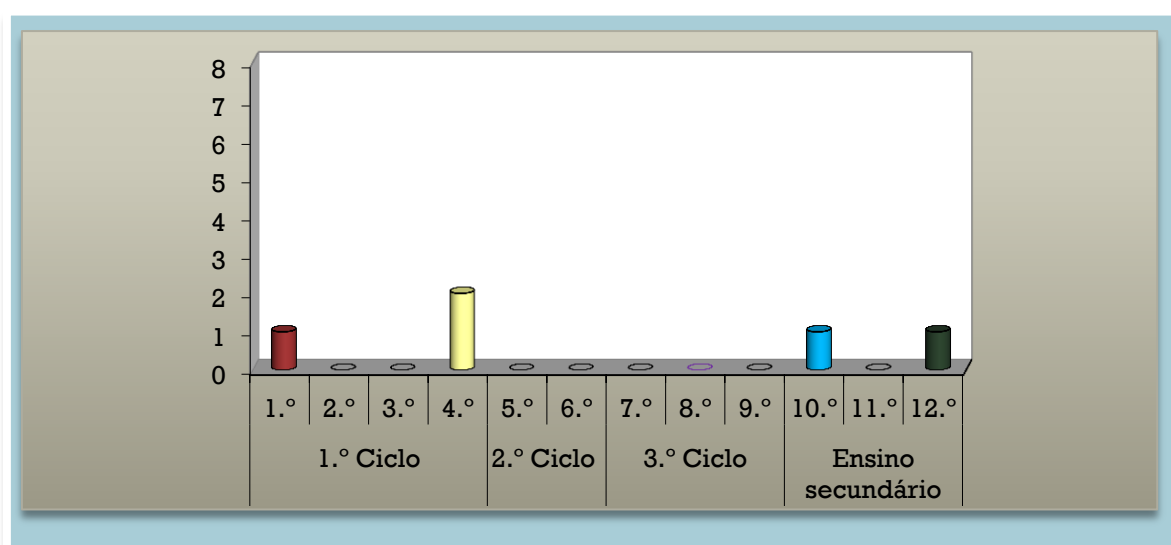


Gráfico n.º 15

No período em apreço foram apresentados, na EBS da Madalena, cinco processos de equivalências, a saber:

Ensino Básico

- 1.º Ciclo
- 1.º e 4.º anos – uma equivalência cada

Ensino secundário

- 10.º e 12.º anos – uma equivalência cada

ES Manuel de Arriaga

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Quadro n.º 16

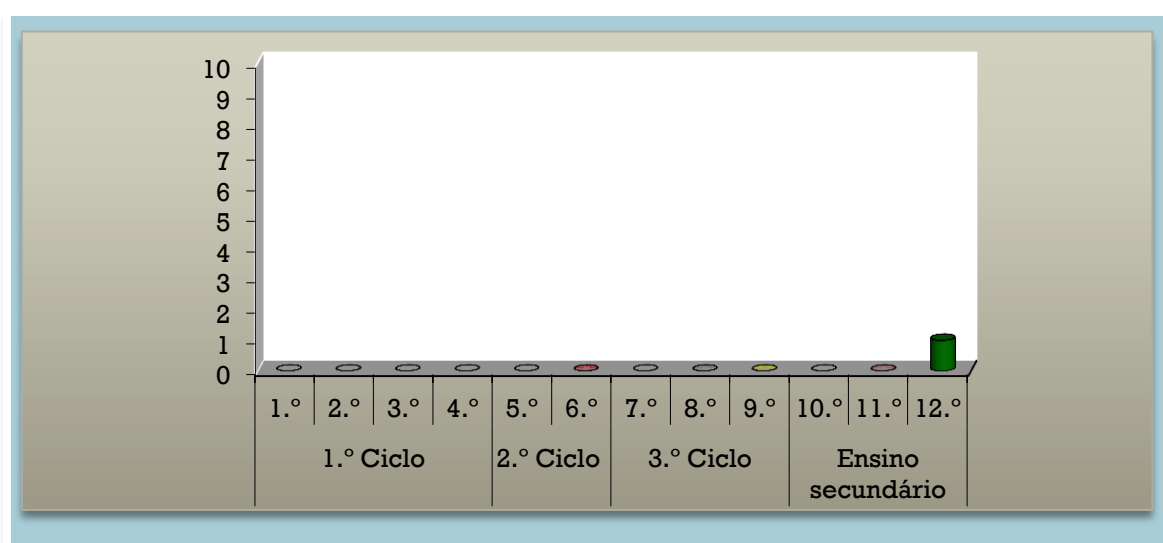
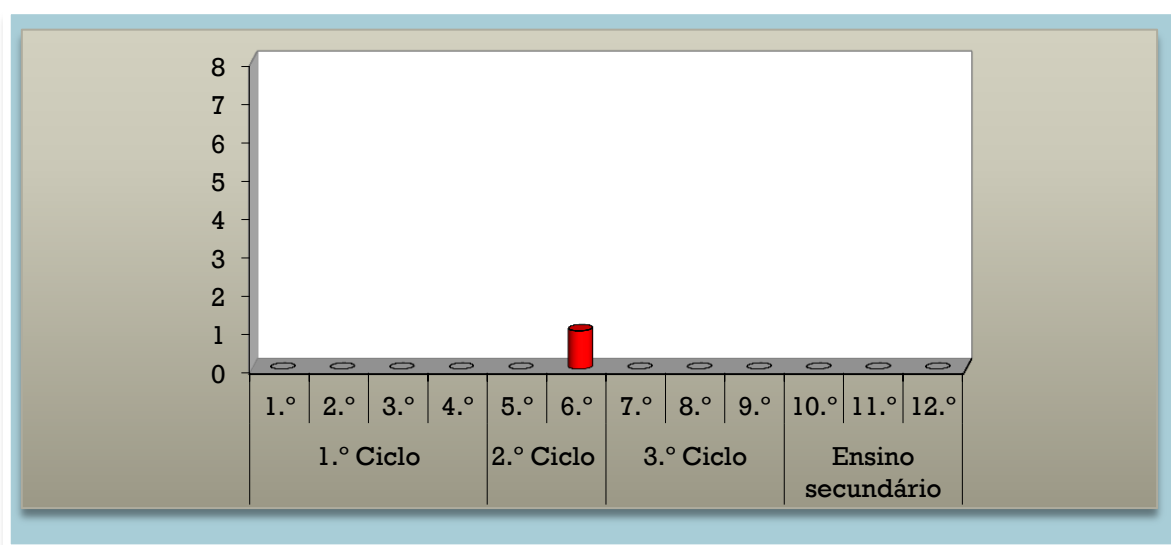


Gráfico n.º 16

A ES Manuel de Arriaga analisou e concedeu uma única equivalência, sendo esta respeitante ao 12.º ano de escolaridade.

EBS Mouzinho da Silveira

Ciclos de Estudo	1.º Ciclo				2.º Ciclo		3.º Ciclo			Ensino secundário			Total de Alunos
Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de Alunos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Quadro n.º 17**Gráfico n.º 17**

A EBS Mouzinho da Silveira concedeu, no decurso do ano letivo de 2013/2014, uma equivalência ao nível do 2.º ciclo do ensino básico, nomeadamente, ao 6.º ano de escolaridade.

Situação das equivalências por países de origem

Equivalências deferidas e indeferidas/matriculas de frequência e condicionais e situações especiais

Países de origem	Pedidos	Pedidos	Matriculas condicionais	Situações especiais Art.º 10.º	Total
	Deferidos	Indeferidos			
África do Sul	1				1
Bermudas	1				1
Brasil	14	3			17
Cabo Verde	8	2			10
Canadá	13				13
China	1				1
E.U.A	13	4			17
Inglaterra	1				1
Reino Unido		1			1
Guiné-Bissau	2				2
Roménia	1				1
TOTAL	55	10	0	0	65

Quadro n.º 18

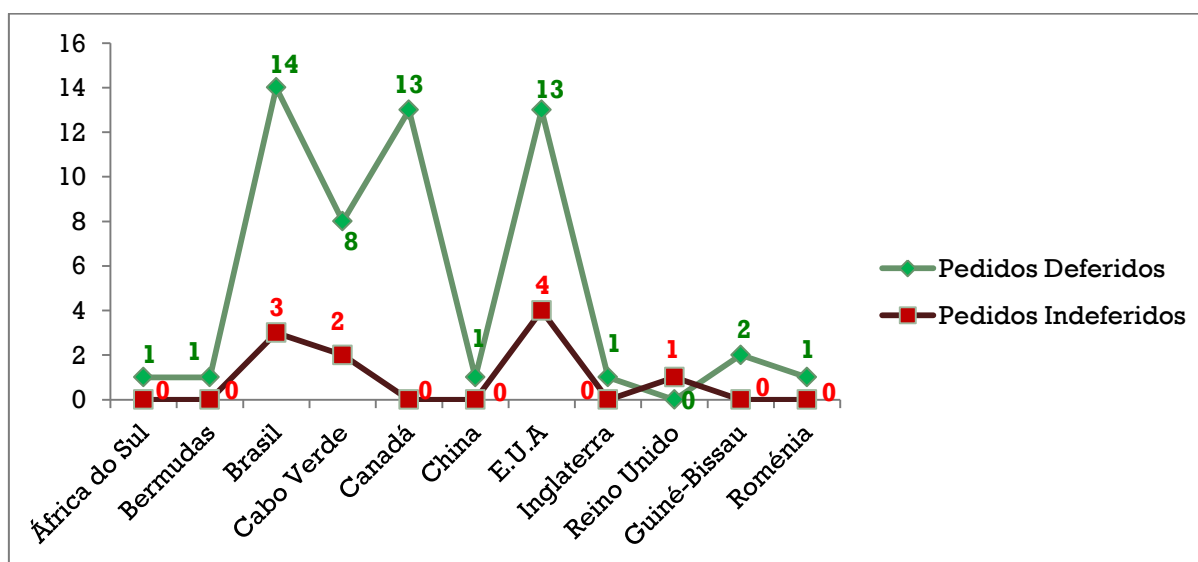


Gráfico n.º 18

Foram apresentados em diversas Unidades Orgânicas da RAA, bem como na Direção Regional da Educação, sessenta e cinco processos de equivalências estrangeiras para análise e concessão de equivalências, aos níveis dos ensinos básico e secundário, provenientes de onze países.

Daqueles, cinquenta e cinco foram concluídos e concedidas as respetivas equivalências e dez processos de equivalências não foram concluídos e, por conseguinte, os mesmos foram indeferidos, por falta de documentos comprovativos das habilitações adquiridas.

No decurso do ano não foram analisados processos ao abrigo do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro, ie, “situações especiais”.

Este ano estão representados (no quadro e gráfico n.º 18) onze países e no ano anterior estavam representados quinze países. Estamos, assim, perante um decréscimo de quatro países comparativamente com o período homólogo do ano transato.

No total foram concedidas cinquenta e cinco equivalências, ao invés do ano anterior onde foram concedidas setenta e duas², ou seja, menos dezassete equivalências.

² Neste cômputo incluíram-se duas matrículas condicionais e uma de frequência

Pedidos de equivalências por países de origem

Países de origem	Número de pedidos
África do Sul	1
Bermudas	1
Brasil	17
Cabo Verde	10
Canadá	13
China	1
E.U.A	17
Inglaterra	1
Reino Unido	1
Guiné-Bissau	2
Roménia	1
TOTAL	65

Quadro n.º 19

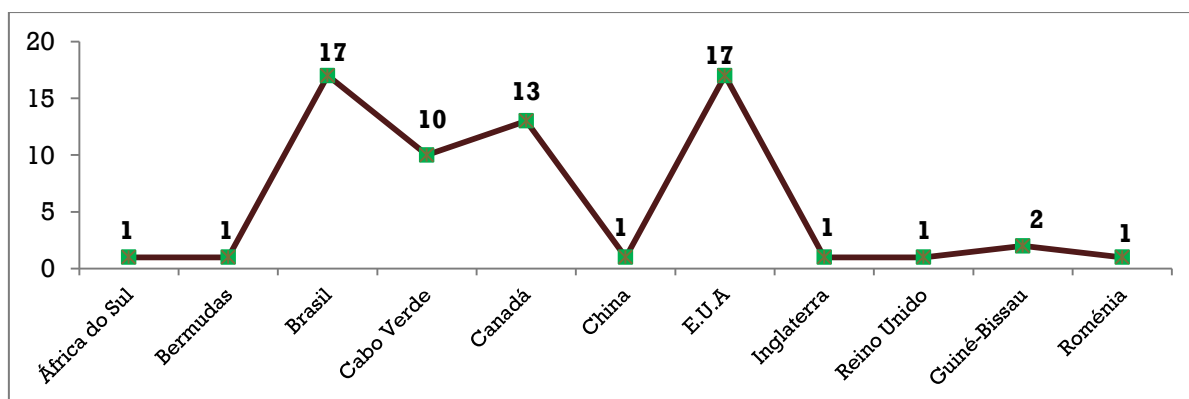


Gráfico n.º 19

Em conformidade com os dados do gráfico n.º 19, e no que respeita à proveniência por país de origem dos requerentes é evidente que a maioria dos pedidos provém dos quatro países com maior representação, a saber:

1. Brasil – dezassete processos
2. E.U.A - dezassete processos
3. Canadá – treze processos
4. Cabo Verde – dez processos

Os três países que lideram a lista dos onze países representados, embora possa não existir uma relação direta, são, no entanto, os escolhidos como destino preferencial da emigração açoriana.

A análise comparativa dos dados permitem-nos afirmar que o número de processos de equivalências tem vindo a decrescer, em cada ano, na RAA (menos dezoito do que no ano anterior).

Equivalências requeridas na RAA

Unidades orgânicas	Equivalências requeridas por anos de escolaridade												Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
ES Antero de Quental	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	1	5	10
ES Domingos Rebelo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
EBI Roberto Ivens	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
EBI de Capelas	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
EBI de Arrifes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
EBI Canto da Maia	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ES da Ribeira Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
EBS de Vila Franca do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ES Jerónimo E. Andrade	0	0	0	0	0	0	3	2	0	2	0	8	15
EBS Tomás de Borba	0	0	0	2	2	0	2	0	0	0	0	0	6
EBI dos Biscoitos	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3
ES Vitorino Nemésio	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	4
Direção Regional da Educação	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	0	5
EBS de Velas	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4
EBS da Madalena do Pico	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	5
EBS Mouzinho da Silveira	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ES Manuel de Arriaga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	3	1	2	8	3	3	8	6	5	5	2	19	65

Quadro n.º 20

No quadro estão patentes os números de equivalências requeridas por anos de escolaridade nas dezasseis Unidades Orgânicas da RAA onde foram apresentados processos e na Direção Regional da Educação.

No total, foram contabilizados sessenta e cinco processos, ou seja, menos dezoito do que em período homólogo do ano anterior.

Conforme se pode verificar pelos dados apresentados, o maior número de processos apresentado verificou-se na ES Jerónimo Emiliano de Andrade seguida da ES Antero de Quental.

Equivalências concedidas na RAA

Unidades orgânicas	Equivalências concedidas por anos de escolaridade												Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
ES Antero de Quental	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	1	5	10
ES Domingos Rebelo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2
EBI Roberto Ivens	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
EBI de Capelas	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
EBI de Arrifes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
EBI Canto da Maia	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ES da Ribeira Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
EBS de Vila Franca do Campo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ES Jerónimo E. Andrade	0	0	0	0	0	0	1	2	0	1	0	2	6
EBS Tomás de Borba	0	0	0	2	2	0	2	0	0	0	0	0	6
EBI dos Biscoitos	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3
ES Vitorino Nemésio	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	3
Direção Regional da Educação	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	5
EBS de Velas	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	4
EBS da Madalena do Pico	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	5
EBS Mouzinho da Silveira	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ES Manuel de Arriaga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	3	1	2	8	3	3	6	6	5	5	1	12	55

Quadro n.º 21

O presente quadro revela o número de equivalências concedidas a cada ano de escolaridade, pelas entidades intervenientes neste processo, ou seja, cada uma das Unidades Orgânicas e Direção Regional da Educação.

Assim, no período em apreço, foram concedidas cinquenta e cinco equivalências distribuídas pelos quatro ciclos de estudos. No total, este ano, foram concedidas menos dezassete equivalências.

Equivalências requeridas por anos de escolaridade

Anos de escolaridade	Equivalências requeridas por anos de escolaridade												Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º	11.º	12.º	
N.º de alunos	3	1	2	8	3	3	8	6	5	5	2	19	65

Quadro n.º 22

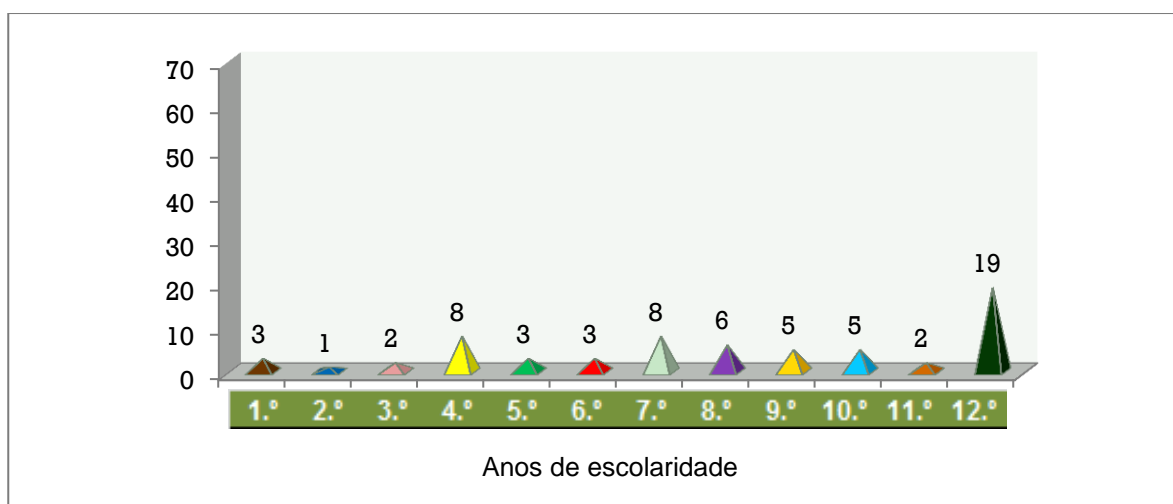


Gráfico n.º 20

No que concerne ao número de equivalências requeridas por anos de escolaridade, pode-se verificar que estas foram mais significativas no 12.º ano, com um registo de dezanove processos e nos 4.º e 7.º anos (cada um dos anos com 8 processos), a estes seguem-se o 8.º, 9.º, e 10.º anos, com seis e cinco processos, designadamente.

Nos restantes anos de escolaridade, o número de equivalências requeridas, oscilou entre um e três processos no máximo.

De seguida apresenta-se o número de equivalências agrupadas por ciclos de estudos:

- **1.º Ciclo** - catorze
- **2.º Ciclo** - seis
- **3.º Ciclo** – dezanove
- **Ensino Secundário** – vinte e seis

A maioria das equivalências requeridas incidiu ao nível do ensino secundário e 3.º ciclo, a estes seguiram-se, por ordem decrescente, o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico com catorze e seis processos, respetivamente.

Equivalências concedidas por ciclos e nível de ensino

Anos de Escolaridade	1.º	2.º	3.º	4.º	Total 1.º Ciclo	5.º	6.º	Total 2.º Ciclo	7.º	8.º	9.º	Total 3.º Ciclo	10.º	11.º	12.º	Total do secund.
N.º de Alunos	3	1	2	8	<u>14</u>	3	3	<u>6</u>	6	6	5	<u>17</u>	5	1	12	<u>18</u>

Quadro n.º 23

O quadro n.º 23, para além do número de equivalências concedidas a cada ano de escolaridade, destaca o número total de equivalências concedidas por ciclos e nível de ensino, conforme se faz saber:

- **1.º Ciclo** - catorze
- **2.º Ciclo** - seis
- **3.º Ciclo** – dezassete
- **Ensino Secundário** – dezoito

A maioria das equivalências concedidas incidiu ao nível do ensino secundário e 3.º ciclo, a estes seguiram-se, por ordem decrescente, o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico com catorze e seis processos.

À semelhança dos anos anteriores, e apesar do decréscimo, o 12.º ano de escolaridade, continua a ser o que apresenta o maior número de certificados emitidos.

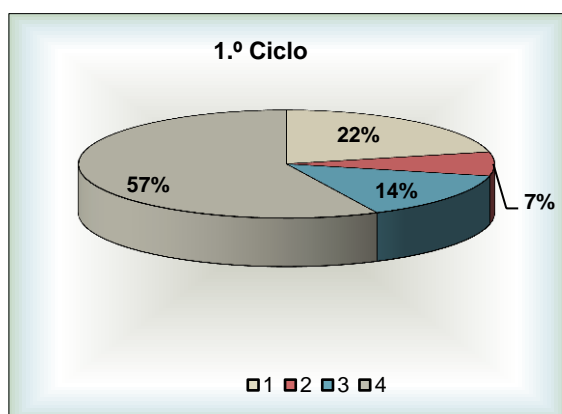


Gráfico n.º 21

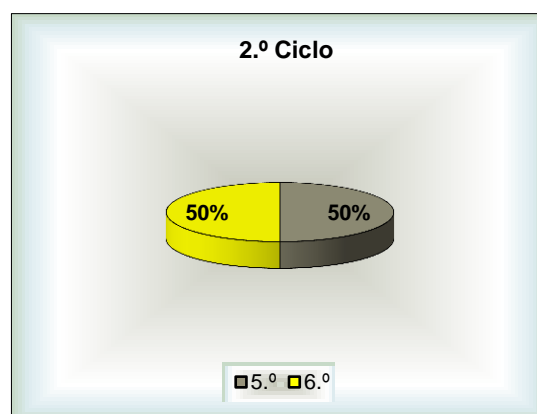


Gráfico n.º 22

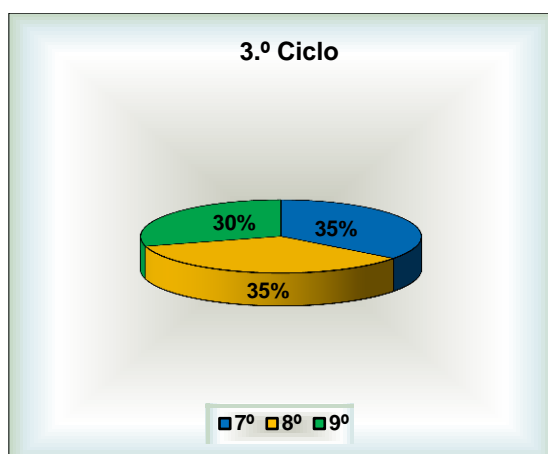


Gráfico n.º 23

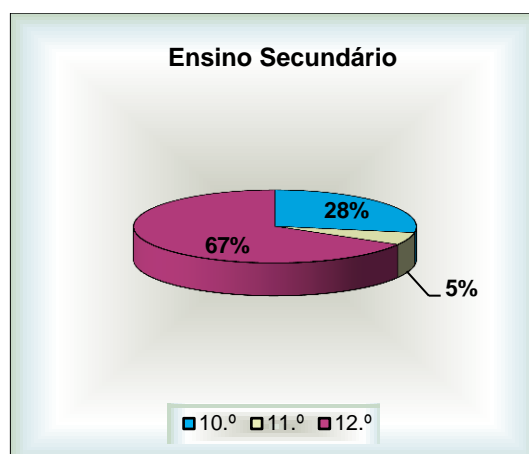


Gráfico n.º 24

Os gráficos n.ºs 21 a 24, revelam, por seu turno, em termos percentuais, o número de equivalências concedidas e permitem-nos, ao mesmo tempo, uma leitura comparativa entre as equivalências concedidas a cada um dos anos de escolaridade de cada ciclo de estudos.

Equivalências concedidas por ilhas

Ilhas	Ano 2011/2012	Ano 2012/2013	Ano 2013/2014
Stª Maria	0	0	0
S. Miguel	31	36	21
Terceira	34	26	23
Graciosa	0	0	0
S. Jorge	6	1	4
Pico	4	3	5
Faial	9	3	1
Flores	0	0	0
Corvo	1	0	1
Total	85	69³	55

Quadro n.º 24

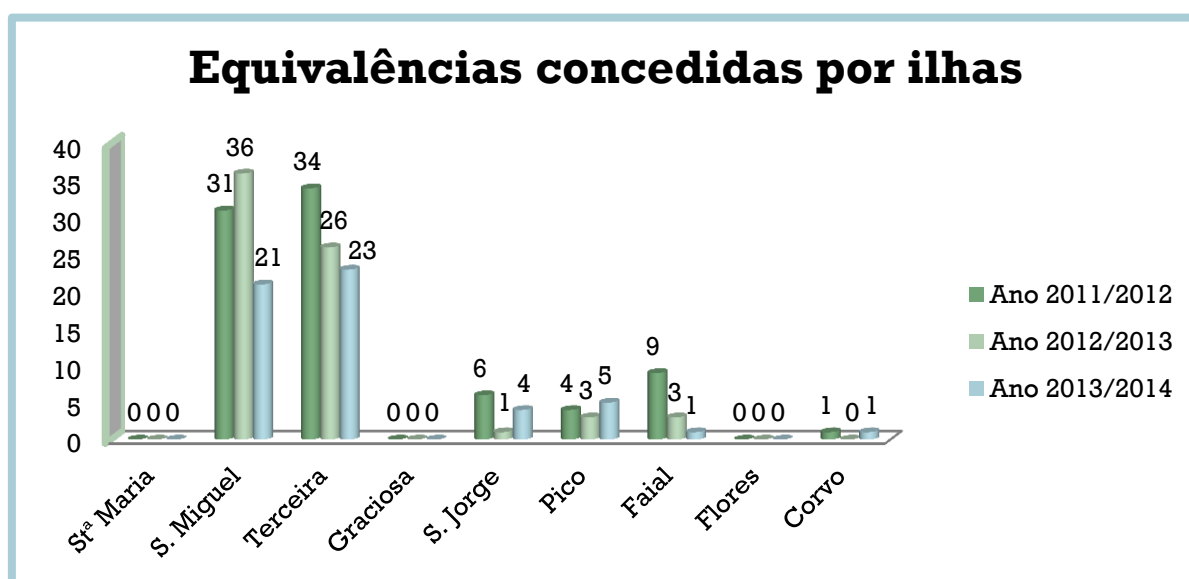


Gráfico n.º 25

Através da leitura dos dados apresentados, verifica-se que as ilhas que concederam maior número de equivalências foram, por ordem decrescente:

³ Ao total acrescem duas matrículas condicionais e uma de frequência o que eleva de 69 para 72 equivalências.

- Terceira – vinte e três
- S. Miguel – vinte e uma
- Pico – cinco
- S. Jorge – quatro
- Faial e Corvo – uma (cada)

Nas ilhas de Sta. Maria, Graciosa e Flores, não foram concedidas equivalências, tendência verificada, igualmente, em anos anteriores, conforme se pode constatar pelos dados patentes.

O número de equivalências concedidas decresceu dezassete relativamente ao ano anterior e menos trinta processos do que em 2011/2012.

Equivalências deferidas/indeferidas

Anos	Equivalências deferidas				Matrículas Condicionais	Matrícula Frequência	Indeferidas	Total
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino secundário				
2011/2012	14	16	25	30	3	0	7	95
2012/2013	6	9	24	30	2*	1*	11	83
2013/2014	14	6	17	18	0	0	10	65

Quadro n.º 25

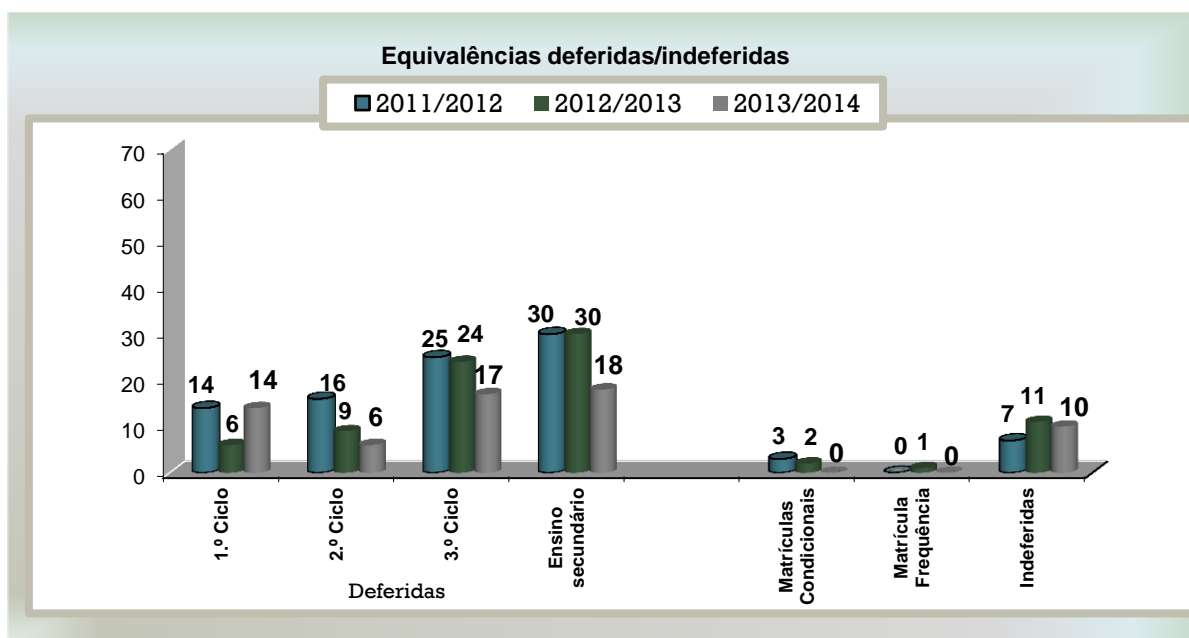


Gráfico n.º 26

Relativamente à distribuição dos pedidos apresentados, para efeitos de concessão de equivalências estrangeiras, dos sessenta e cinco pedidos requeridos na RAA, cinquenta e cinco foram deferidos e dez foram indeferidos. Regista-se que não foram apreciados processos ao abrigo do artigo 10.º, ou seja, “situações especiais” e também não transitaram alunos com matrículas condicionais, dado que as situações que ocorreram foram regularizadas no decurso do ano letivo.

*Consideradas no âmbito das equivalências concedidas.

Número de processos de equivalências estrangeiras requeridas/concedidas por género

Ano	Género	Requeridas	Concedidas
2011/2012	Feminino	44	39
	Masculino	51	46
2012/2013	Feminino	43	35
	Masculino	40	37
2013/2014	Feminino	34	29
	Masculino	31	26

Quadro n.º 26

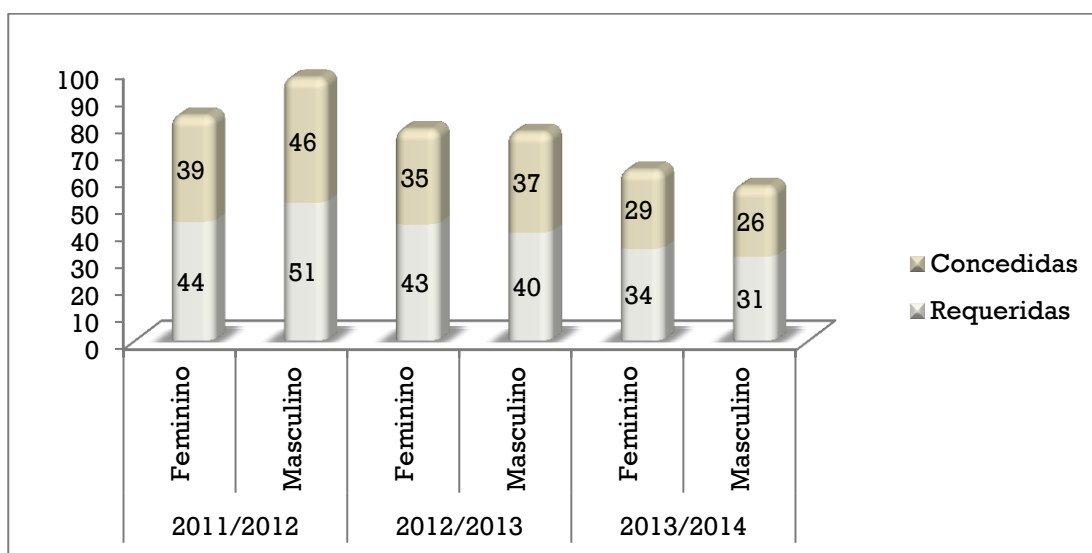


Gráfico n.º 27

Através dos dados verifica-se que, no universo de sessenta e cinco processos analisados, foram concedidas cinquenta e cinco equivalências sendo vinte e nove do género feminino e vinte e seis do género masculino. Esta tendência contraria a verificada nos anos anteriores no qual o maior número de equivalências concedidas foi a indivíduos do sexo masculino.

Processos de equivalências estrangeiras requeridas/concedidas por finalidade do pedido

Finalidade do Pedido	2011/2012 Requeridas	2011/2012 Concedidas	2012/2013 Requeridas	2012/2013 Concedidas	2013/2014 Requeridas	2013/2014 Concedidas
Prosseguimento de Estudos	54	49	49	45	38	34
Fins Profissionais	24	21	21	20	15	14
Ambas as Finalidades (PE+FP)	15	13	9	4	10	5
Outros Fins	2	2	2	2	2	2
Não Referido	0	0	2	1	0	0
Total:	95	85	83	72	65	55

Quadro n.º 27

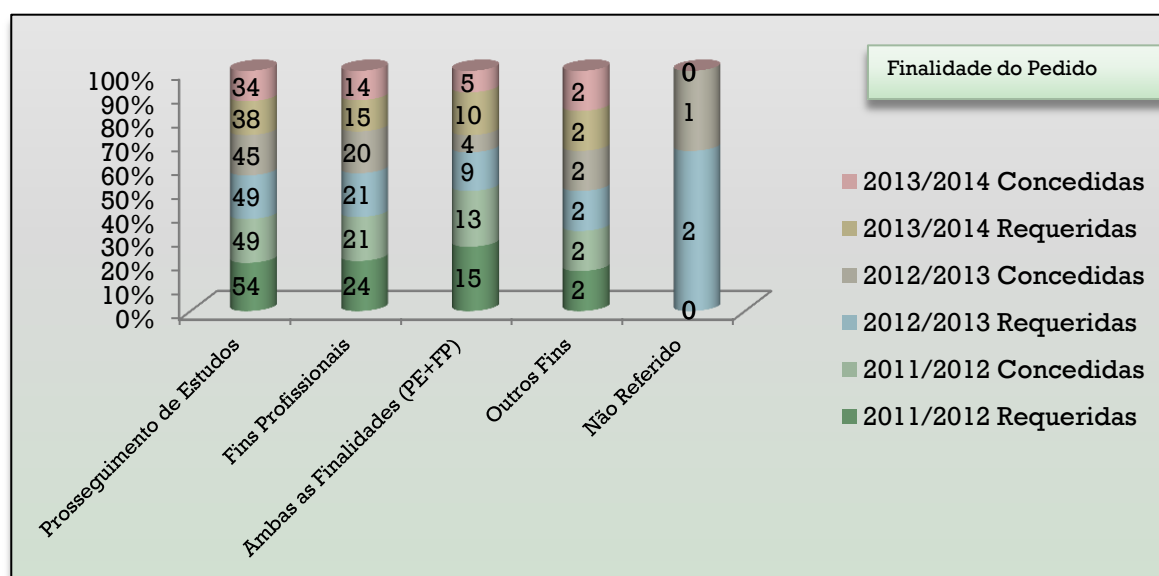


Gráfico n.º 28

A análise comparativa dos processos analisados no que respeita aos pedidos apresentados em função dos fins a que se destinam, é indiciadora de que a maioria das equivalências requeridas e concedidas foram a alunos que visam prosseguir estudos.

Seguem-se os pedidos para fins profissionais, ambas as finalidades⁴, e, por último, outros fins.

⁴ Prosseguimento de estudos e fins profissionais

Dificuldades sentidas na aplicação do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de Dezembro

A maior dificuldade sentida na aplicação da legislação vigente continua a dever-se, sobretudo, à:

- ✓ dificuldade em analisar equivalências por ausência de tabelas publicadas em relação a alguns países, especialmente do Canadá;
- ✓ falta de documentos traduzidos e ou autenticados, nos termos previstos na legislação vigente;
- ✓ dificuldade na aplicação das tabelas previstas nas Portarias n.ºs 224/2006 de 8 de março e 699/2006, de 12 de julho, porque, nalguns casos, não contemplam a diversidade de planos curriculares de determinados países, destacam-se Brasil e Estados Unidos da América;
- ✓ documentação insuficiente e pouco elucidativa remetida pelos estabelecimentos de ensino de origem.

Conclusão

Este trabalho insere-se no âmbito das competências da Direção Regional da Educação e visa dar cumprimento ao estipulado no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro, no que respeita aos processos de equivalências apresentados e analisados na RAA.

Os processos de equivalências cujas tabelas se encontram publicadas foram apreciados pelas Unidades Orgânicas onde foram apresentados os pedidos e as equivalências concedidas no âmbito da autonomia conferida aos órgãos de direção executiva das escolas e remetidos para a Direção Regional da Educação aqueles processos que não se enquadravam em tabelas publicadas ou que, por qualquer motivo, ofereciam dúvidas na sua análise.

Em 2013/2014 foram analisados pela Direção Regional da Educação um total de vinte processos, os quais resultaram no parecer de quinze processos de equivalências solicitados por algumas Unidades Orgânicas, os quais depois de analisados, foram devolvidos com os pareceres que mereceram e, ainda, a análise e certificação de cinco pedidos de equivalências. O total de processos decresceu, ainda assim, comparativamente com o verificado no ano anterior. No geral foram analisados menos doze processos.

Segue-se a síntese dos processos apresentados e analisados, no último ano, na RAA:

- o número de processos analisados foi de sessenta e cinco, tendo sido deferidos cinquenta e cinco processos e indeferidos dez. Também se refere que não foram apreciadas situações especiais decorrentes do previsto no artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 227/2005 de 28 de dezembro, nem registos de matrículas condicionais por estas situações terem sido regularizadas no decurso do ano letivo.
- Os pedidos de equivalências apresentados foram provenientes de onze países, destacando-se, sobretudo, o Brasil, os Estados Unidos, o Canadá e Cabo Verde.

- Os pedidos foram apresentados em dezasseis Unidades Orgânicas da RAA e na Direção Regional da Educação.
- O número de pedidos apresentados tem vindo a decrescer nas Unidades Orgânicas, constatando-se, ainda, que nem todas as Unidades Orgânicas receberam processos de equivalências.
- Em 2012/2013 não foram apresentados quaisquer pedidos de equivalências nas Unidades Orgânicas pertencentes às ilhas de St^a. Maria, Graciosa e Flores.
- Verifica-se que o maior número de pedidos de equivalências apresentados incidu no género feminino, trinta e quatro, enquanto no género masculino se registaram trinta e um pedidos apresentados. Deste modo, constata-se que se mantêm a tendência verificada no ano anterior no qual o maior número de equivalências requeridas ocorreu no género feminino.
- À semelhança dos anos anteriores, o maior número de pedidos apresentados no que respeita aos fins a que se destinam reincidiu sobre os pedidos para efeitos de prosseguimento de estudos, no total de trinta e oito pedidos formulados, seguindo-se por ordem decrescente os que solicitaram para fins profissionais, ambas as finalidades (prosseguimento de estudos e fins profissionais) e por último outros fins. Os pedidos de concessão de equivalências estrangeiras continua este ano, inferior ao verificado nos últimos anos.